

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
N.º	03.03 01.01
Dilalor	
Data	25/11/96

- ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -
UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DO PT PARA AS GESTÕES MUNICIPAIS*

I. Os Direitos Educacionais dos Jovens e Adultos na
Constituição Brasileira de 1988

"Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante:

I. a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

(...)

VI. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;"

(Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo III, Seção I)

"Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental."

(Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

A Constituição de 1988 estendeu o direito à educação fundamental pública e gratuita aos jovens e adultos, eliminando o dispositivo anterior que limitava tal obrigação do Estado à faixa etária de 7 a 14 anos.

Desta forma, caberá ao Estado, através dos sistemas públicos de ensino, prover atendimento escolar público e gratuito aos mais de 17 milhões de analfabetos existentes na população com idade igual ou superior a 15 anos, assim como oferecer educação básica aos quase 40 milhões de jovens e adultos brasileiros que, embora alfabetizados, não concluíram sua educação básica.

A Constituição obriga ainda o Estado a oferecer ensino regular em período noturno, adequando este ensino às características da juventude trabalhadora a quem se destina.

No Ato das Disposições Transitórias a nova Carta estabelece um prazo até 1993 em que os esforços no sentido de universalizar o ensino fundamental e eliminar o analfabetismo deverão ser concentrados, contando para isto com 50% dos recursos destinados à educação (18% da receita de impostos da União e 25% da receita dos Estados e Municípios) e com a mobilização dos setores organizados da sociedade.

A responsabilidade pelo ensino fundamental, assim como pela educação pré escolar, será tarefa prioritária dos Municípios, com apoio e colaboração dos Estados e da União (Art. 211, parágrafo 2o.).

II. A Produção do Analfabetismo

O elevado contingente de analfabetos e os baixos índices de escolarização da população jovem e adulta no Brasil vêm de longa data. Desde o século passado os índices de analfabetismo vêm decrescendo num ritmo relativamente lento, mas o número absoluto de analfabetos cresceu continuamente até 1930, só dando alguns sinais de decréscimo nas estatísticas recentes (ainda a serem confirmadas pelo Censo de 70).

TABELA I: TENDÊNCIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL ENTRE AS PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS NO PERÍODO DE 1872 E 1980 E ENTRE AS PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS NO PERÍODO DE 1920 A 1984 (1)

Anos Censitários	População Total	Pessoas Analfabetas	% Pessoas Analfabetas
A. Pessoas de 5 anos e mais			
1872 (2/3)	8.054.774	7.290.293	82,3
1890 (3)	12.212.125	10.091.566	82,6
1920	26.042.442	10.549.085	71,1
1940	34.796.665	21.295.490	61,1
1950	43.573.517	24.507.696	57,1
1960	58.997.981	27.578.971	46,7
1970	79.327.231	30.710.597	38,7
1980	102.579.006	32.731.347	31,9
B. Pes. de 15 anos e mais(4)			
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	23.709.769	13.269.381	56,0
1950	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	54.008.604	18.146.997	33,6
1977 (PNAD)	65.759.879	15.612.476	23,7
1980	73.541.943	18.716.847	25,5
1982 (PNAD)	76.534.782	17.685.985	23,1
1984 (PNAD)	81.140.959	17.273.309	21,3
1986 (PNAD)	86.454.036	17.320.725	20,0

O problema não parece poder ser resolvido por campanhas emergenciais, não só pela magnitude da população a ser atendida, mas principalmente pelas condições sociais em que

ts vem se dando o acesso e permanência na escola em nosso país.

A escola pública brasileira é profundamente excludente, produzindo continuamente o analfabetismo. Segundo o Censo de 80, um terço das crianças de 7 a 14 anos (em idade de escolarização obrigatória) encontravam-se fora da escola. São crianças que não têm escola próxima à moradia ou não encontram vagas nas escolas existentes, que abandonam os estudos após sucessivas reprovações ou por não conseguirem conciliar a freqüência à escola e o trabalho precoce.

Outras 27,6% das crianças em idade escolar encontravam-se fortemente defasadas na relação idade/série e 16,2% já apresentavam alguma defasagem. Apenas 23,3% das crianças freqüentavam a escola na relação idade/série ideal, menos de um quarto do total.

A exclusão é socialmente produzida e mediada pela escola. As causas são estruturais, agravadas pela incapacidade dos governos elaborarem políticas sociais adequadas.

Compreende-se assim que a educação de jovens e adultos não sairá do horizonte dos educadores tão cedo, devendo perdurar enquanto preocupação por gerações, a menos que o quadro social se altere radicalmente.

III. Um Brevíssimo Balanço das Políticas de Educação de Adultos

Até hoje, a alfabetização e educação básica de jovens e adultos no Brasil tem sido objeto de muita retórica política, mas jamais constou efetivamente dentre as prioridades educacionais.

Durante as décadas de 40 e 50, a educação de adultos foi objeto de campanhas de alfabetização incentivadas pelos governos federais. O analfabetismo era visto como um cancro social e o analfabeto preconceituosamente estigmatizado como incapaz. Tais campanhas tinham caráter emergencial e foram marcadas pela precariedade dos recursos materiais e humanos nelas investidos.

Do ponto de vista pedagógico, não se havia desenvolvido uma identidade da educação de adultos e os métodos empregados na educação infantil eram transpostos mecanicamente.

Somente no fim dos anos 50 esse quadro começa a se reverter. A eficácia das campanhas de alfabetização começa a ser questionada nacional e internacionalmente e a educação de adultos conquista um modo próprio de pensar. Para que isto acontecesse, influiu sobremaneira o pensamento pedagógico de Paulo Freire e seu grupo do Recife.

A efervescência social e política do início dos anos 60 foi o pano de fundo de várias experiências de educação de adultos numa perspectiva libertadora, levadas a cabo junto aos movimentos sociais então existentes. Estas experiências foram truncadas pelo golpe militar de 1964 que reprimiu violentamente as organizações populares que as promoviam e exilou os educadores mais progressistas.

Durante os longos anos da ditadura militar, as práticas de educação popular de adultos foram sendo recriadas pelos movimentos de resistência, especialmente nos anos 70, mas a política governamental seguiu noutra direção. Os governos militares criaram o MOBRAF como instrumento de propaganda ideológica do governo autoritário, apregoando a extinção do analfabetismo até 1980 (o Censo de 1980 viria desmentí-lo). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 instituiu o Ensino Supletivo, subordinando a educação de adultos àquilo que era concebido como "exigência do desenvolvimento nacional". Implantado, o Ensino Supletivo diversificou as oportunidades de escolarização destinadas aos jovens e adultos através de cursos, exames, centros de estudos e da teleducação, mas não alcançou até hoje padrões mínimos de qualidade nem uma cobertura quantitativamente satisfatória.

Por caminhos diversos, a educação de adultos chega aos tempos da "transição" com uma dupla face: de um lado o Estado e suas políticas, incapazes de atender as necessidades sociais em quantidade ou qualidade; de outro, os movimentos populares com um razoável acúmulo de experiências de educação popular pouco articuladas entre si.

Cabe ao PT, nas gestões municipais se iniciam, promover uma política pública de educação de adultos capaz de incentivar e abrir espaços de articulação para as experiências acumuladas de educação no movimento popular, delas extraíndo subsídios para qualificar um ensino público que atenda as amplas camadas de trabalhadores que têm sido privados de seu direito à educação.

Tal política deve evitar o caráter emergencial, assistencialista e de precariedade que caracterizou as campanhas de educação de adultos em tempos passados. A dimensão do problema o coloca como emergência, mas sua solução requer uma ação enérgica e sistemática voltada a um atendimento educacional de qualidade destinado à população jovem e adulta. É preciso adotar medidas que perdurem no tempo e não se esfaçalem ao final de um governo.

É preciso respeitar a população jovem e adulta, oferecendo-lhe ensino que atenda às suas necessidades e expectativas, ministrado por educadores dignamente remunerados e pedagogicamente preparados para a tarefa, apoiados por materiais didáticos adequados, em espaços físicos condizentes com a atividade educacional, enfim, condições mínimas para um ensino de qualidade.

IV. Um Canal de Articulação e Participação Popular

A população jovem e adulta analfabeta ou com baixa escolaridade pertence aos grupos mais marginalizados econômica e socialmente. Estes grupos têm se organizado na luta por seus direitos sociais básicos, privilegiando o direito ao salário digno, à terra, à moradia, à saúde e ao transporte coletivo. Premidos por necessidades básicas de sobrevivência, estes grupos têm pautado a luta pela escola, porém numa posição secundária em relação a reivindicações mais emergentes. Mesmo quando pautam o ensino público como luta, os grupos populares privilegiam a educação de seus filhos. Raramente a educação dos adultos se expressa como uma luta da população diante do Estado. Por este motivo, é difícil neste momento identificar uma pauta de reivindicações populares em relação à educação de adultos. Isto não significa que ela não seja uma necessidade dos setores populares; tanto é que os movimentos sociais, sentindo esta necessidade, organizam seus próprios projetos de educação de adultos. É nestes projetos que devemos procurar o que o movimento popular quer da educação de adultos. Uma forma de fazê-lo é criar uma instância de articulação dos projetos populares de educação de adultos.

A experiência da Comissão Municipal de Educação de Adultos do Recife poderia ser tomada como referência. Ela consiste num fórum de reunião dos diversos movimentos populares que mantêm programas de educação de jovens e adultos. Este fórum se relaciona com o executivo municipal, levando as reivindicações das comunidades, orientando a alocação dos recursos, debatendo as linhas de ação e as opções metodológicas; além disto, promove a troca de experiências entre os diferentes grupos, incentiva a formação dos monitores, etc...

Esta poderia ser uma forma particular de organização de um conselho popular de educação de adultos. Esta forma não exclui outros mecanismos de participação popular que porventura se desenvolvam no processo.

V. As Recomendações dos Pesquisadores e Educadores de Jovens e Adultos

Quem mais tem se expressado em favor de uma política alternativa de educação de adultos têm sido os próprios educadores. Convivendo cotidianamente com as mazelas das políticas governamentais, os educadores têm pautado alguns requisitos para uma educação de jovens e adultos mais democrática:

Uma primeira exigência refere-se à ampliação do atendimento que hoje se encontra ainda muito distante da demanda potencial. Atualmente só há abertura de salas de educação de adultos na rede escolar paulista quando há ociosidade nos prédios e na dependência de decisão dos diretores. É preciso inverter esse processo, determinando o atendimento de jovens e adultos em todas as escolas nas quais houver demanda, ampliando a rede física quando isto se fizer necessário. Também deve-se estimular os órgãos públicos, empresas, sindicatos, igrejas, universidades, etc... para que cedam espaços destinados à abertura de salas de educação básica de adultos.

Para ampliar o atendimento com condições mínimas de ensino são necessários recursos financeiros. Nos anos recentes, a União tem dispendido menos de 0,5% e os Estados menos de 1% das despesas efetuadas em educação no setor do ensino supletivo, o que demonstra o plano secundário ocupado pela educação de adultos na política educacional. Os municípios não costumam investir no setor, restringindo-se aos convênios firmados com a Fundação Educar.

Se a clientela potencial para educação de adultos é quase duas vezes e meia a clientela da educação infantil, está mais do que claro que não é possível trabalhar com migalhas. É necessário fazer com que a despesa reflita as prioridades conferidas ao setor, ampliando substancialmente os recursos a ele destinados.

Até os dias atuais, a educação formal dos adultos tem sido definida a partir dos parâmetros estabelecidos para o ensino regular. O adulto, porém, é um educando bastante diferente da criança, tendo já acumulado na experiência de vida e trabalho um largo conhecimento da realidade. A prática e as pesquisas apontam para a necessidade de que a educação de adultos seja concebida com identidade própria, definida a partir da realidade sócio-cultural dos trabalhadores aos quais ela se destina. Isto tem repercussões importantes ao nível do currículo, da metodologia de ensino, dos materiais didáticos, etc...

Os pesquisadores têm se preocupado sempre com a formação do educador de adultos. Embora a Lei 5692 tenha sido explícita em afirmar a necessidade de formação específica do professor do ensino supletivo, a prática tem ignorado tal determinação. Nem as Universidades e cursos de Magistério assumiram concretamente esta formação, nem os serviços públicos de educação de adultos responsabilizaram-se com a devida atenção para o problema. É preciso que as Universidades se empenhem na pesquisa e formação de educadores de adultos, que os cursos de Magistério preparem os professores para esta tarefa diferenciada da educação infantil, que os órgãos públicos que mantêm programas de educação de adultos criem condições de formação do educador no próprio processo de trabalho, garantindo espaço para reuniões pedagógicas, seminários de formação, etc...

VI. O PT e a Prefeitura Paulistana

Muito temos debatido sobre as relações entre educação e política, educação e democracia, educação e conscientização. Inspirados no pensamento de Paulo Freire, temos insistido na prática de uma educação libertadora como instrumento para a organização e luta dos trabalhadores contra as inúmeras formas de opressão da sociedade brasileira. A partir dos movimentos sociais, temos buscado um processo de alfabetização em que a leitura da palavra se articule com a leitura crítica do mundo.

Agora, enfrentamos a dura tarefa de ocupar postos no executivo municipal numa sociedade profundamente antidemocrática e que priva os trabalhadores de seus mínimos direitos sociais. Teremos que fazê-lo em condições extremamente adversas, contando com recursos escassos, a oposição dos governos Estadual e Federal, o boicote dos setores empresariais e sob a "mira" da grande imprensa. Em contrapartida, contamos com o apoio e a mobilização dos movimentos populares para que o PT não frustrate a enorme confiança nele depositada pelas massas trabalhadoras nestas eleições.

Malgrado as dificuldades a enfrentar, a primeira tarefa das gestões municipais do PT deve ser a de retirar do papel as conquistas que a população trabalhadora obteve no processo constitucional, levando-as à prática.

Assim, dentre suas prioridades no campo educacional, as prefeituras sob gestão do PT deverão promover da forma mais ampla possível a alfabetização e educação fundamental dos jovens e adultos das classes trabalhadoras.

A. Um diagnóstico do analfabetismo na Região

Segundo dados da PNAD 86 (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE, os dados do analfabetismo entre a população jovem e adulta na Região Metropolitana da Grande São Paulo são os seguintes:

População Total com 15 anos e mais / Não alfabetizadas / % /		
10.728.991	914.555	8,52

Quanto aos níveis de instrução, só há dados para a população com 10 anos e mais:

População Total com 10 anos e mais	12.209.771	100,00%
Sem instrução e menos de 1 ano	1.101.220	9,02%
De 1 a menos de 4 anos de estudo	2.306.021	18,89%
De 4 a menos de 8 anos de estudo	4.810.306	39,40%

Se considerarmos válido o conceito do IBGE de alfabetização, temos ainda por alfabetizar quase um milhão de jovens e adultos na Região Metropolitana da Grande São Paulo. Se ampliarmos este conceito para 4 anos de estudo, este contingente será superior a dois milhões de pessoas.

Fora da frieza dos números, a experiência dos educadores petistas tem identificado diversos grupos de jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade, cuja educação básica necessita ser promovida em uma gestão popular.

1) Trabalhadores do setor secundário que ocupam funções de serviço manual não qualificado (especialmente na construção civil) e do setor terciário, ocupados em serviços que não exigem qualificação da mão de obra (empregados domésticos, serviços gerais, etc). São, em sua maioria, migrantes ou filhos de migrantes provenientes de outras regiões ou do interior do Estado, quase sempre oriundos das zonas rurais; vivendo na Região já há algum tempo, conseguiram ingressar no mercado formal de trabalho. Possuem nenhuma ou escassa escolarização, mas já desenvolveram estratégias de sobrevivência no meio urbano letrado.

2) Trabalhadores do setor informal, que não têm ocupação estável e cujo cotidiano é marcado por extrema instabilidade, seja em relação à moradia, trabalho, etc... São, em sua maioria, migrantes recentes. São analfabetos ou possuem escassa escolaridade, enfrentando enormes dificuldades de sobrevivência no ambiente urbano letrado.

Destes dois subgrupos, o primeiro pode ser mais facilmente atingido por projetos de escolarização, uma vez que possuindo renda e certa estabilidade de trabalho e moradia, consegue inserir a escola noturna em seu cotidiano, pagar transporte até ela, etc... Além disto, a escolarização formal é fundamental para que consigam confirmar seus postos de trabalho ou progredir em sua ocupação. O segundo subgrupo também necessita alfabetizar-se para poder ingressar no mercado formal de trabalho, mas dificilmente pode ser atingido por projetos escolares em virtude da instabilidade da vida cotidiana. Necessitaria ser objeto de programas informais de alfabetização desenvolvidos a partir de grupos organizados nas lutas de moradia, junto às igrejas e nos movimentos populares em geral.

B. Os Programas de Educação de Adultos Já Existentes

A Prefeitura de São Paulo mantém dois grandes programas de educação de adultos, alocados em Secretarias diferentes:

1. O Programa de Educação de Adultos da Secretaria do Bem Estar Social destina-se à alfabetização e pós-alfabetização de adultos, correspondendo às quatro primeiras séries do 1o. Grau. Teve início em 1970 como parte da Campanha promovida pelo MOBRRAL, com o qual foi conveniado até 1984. Na gestão do Prefeito Mário Covas o Convênio com o Mobral foi rompido e teve início um processo que pretendia formular um projeto próprio do Município. Este projeto foi abortado na gestão Jânio Quadros, que reativou o Convênio com a Fundação Educar. Desde 1985 não há previsão de ampliação do Programa e, na prática, o número de classes vem decrescendo. A demissão e não contratação de novos monitores em 1988 reduziu ainda mais o atendimento, e as salas que já chegaram a ser 1500 caíram para menos de 1000.

Programa de Educação de Adultos - Município de São Paulo - 1985 a 1987

Ano	Fase	Cursos			Alunos
		Previsão	Realizados	%	
1985	1.	1448	1381	95,37	36720
	2.	1448	1378	95,23	31779
1986	1.	1448	1215	83,91	34682
	2.	1448	1137	78,38	25572
1987	1.	1448	1051	74,86	30220
	2.	1448	1022	70,39	24707

Evolução do Atendimento da Rede Municipal de Suplência (5a. a 8a. série do 1o. Grau e 2o. Grau) - SP - 1976/88

ANO	Número de ENES's			No. Classes em ENES's			No. de EMPG's com classe de Suplência	No. de classes de Suplência em EMPG's	No. de Alunos Matriculados		
	1o.G.	2o.G.	Total	1o.G.	2o.G.	Total			1o.Grau	2o.Grau	Total
1976	02	02	02	14	05	19	-----	-----	606	192	798
1977	03	02	05	34	07	41	-----	-----	1.429	265	1.694
1978	03	02	05	57	09	66	-----	-----	2.379	378	2.757
1979	03	02	05	62	10	72	-----	-----	2.550	439	2.989
1980	03	02	05	63	11	74	-----	-----	2.762	514	3.276
1981	03	02	05	--	--	73	-----	-----	2.566	565	3.131
1982	03	02	05	--	--	--	-----	-----	2.556	534	3.090
1983	15	02	17	--	--	--	-----	-----	5.275	614	5.889
1984	15	02	17	--	--	--	-----	-----	6.787	526	7.313
1985	15	02	17	216	17	233	24	105	9.753	659	10.412
1986	15	02	17	221	21	242	31	205	11.223	603	11.826
1987	22	12	32	261	56	317	25	179	16.998	2.114	19.102
1988*	30	14	42	278	58	336	19	178	17.774	3.326	21.100

* os dados de 1988 referem-se ao mês de Junho.

Fonte: Diário Oficial do Município; São Paulo, 33 (155), 18/08/1988.

Estas unidades e salas de Ensino Supletivo referem-se à Suplência de 5a. a 8a. séries de 1o. Grau (com 4 semestres letivos de duração) e ao 2o. Grau (com 3 semestres letivos de duração). O funcionamento das E.M.E.S.'s é semelhante ao das E.M.P.G.'s, contando com o Diretor, a Assitente Pedagógica, o Orientador Educacional, o Secretário e o Corpo Docente (constituído por professores habilitados nas respectivas disciplinas) e pessoal auxiliar. Além disso, convênios firmados pela SME com órgãos como o SENAI e SENAC possibilitam também a oferta paralela de cursos de qualificação profissional (pedreiro, pintor, eletricitista, etc...). As ENES's contam com assistência do Depto. de Saúde Escolar e fornecem merenda diariamente.

O ~~SEBES~~^{EDA} possui uma equipe central alocada na SEBES e equipes técnicas intermediárias nas DRESSO's (Delegacias Regionais de Serviço Social), com as quais se relacionam diretamente os monitores.

O Programa está estruturado em dois níveis: Alfabetização (com dois termos semestrais) e Suplência (com três termos semestrais), totalizando 5 semestres letivos. As classes são implantadas por solicitação das comunidades que oferecem o local (nas paróquias, conjuntos habitacionais, associações de moradores, etc...). Há classes que funcionam em salas ociosas no período noturno em escolas municipais.

Os monitores não são necessariamente habilitados, sendo exigida formação de 2o. Grau, mas grande parte deles possui até 3o. Grau, embora não sejam especialistas em educação. Inicialmente, estes monitores não possuíam vínculo empregatício, sendo contratados como bolsistas. Através de uma luta, estes monitores foram incorporados ao quadro de funcionários do Município, e criadas duas categorias funcionais e salariais: monitores (leigos) e professores (habilitados). Estes monitores foram muito aguerridos na defesa de um programa de educação de adultos de qualidade e devem ser muito respeitados por sua persistência. Eles têm resistido às propostas de incorporação do programa à Secretaria de Educação, alegando que perderiam seus postos em favor de professores da rede municipal.

B. Ensino Supletivo Municipal

A Secretaria de Educação do Município começou a implantar classes de Suplência de 1o. Grau em 1972, destinadas ao atendimento de funcionários públicos. Em 1976 a Lei no. 8389 cria o Ensino Supletivo Municipal e começa a criação das primeiras Escolas Municipais de Ensino Supletivo, atendendo o 1o. Grau (5a. a 8a. séries) e 2o. Graus. Em 1978 é criado o Serviço de Ensino Supletivo no DEPLAN. Em 1982 são criadas novas Escolas Municipais de Ensino Supletivo.

Na gestão da Profa. Guiomar Namó de Mello, a prioridade foi dada à implantação de salas de Suplência em período noturno nas EMPG's, como decorrência da prioridade conferida ao 1o. Grau regular.

Jânio Quadros deu prioridade à criação de EMES's (15 de 1o. Grau e 12 de 2o. Grau). A atuação da gestão Jânio no setor vem sendo criticada por configurar uma "rede paralela" de ensino supletivo, criando escolas por decreto em unidades escolares já existentes, o que implicou na criação de inúmeros cargos administrativos.

Segundo as estatísticas oficiais, a rede municipal de ensino supletivo contava em Junho de 1988 com 21100 alunos matriculados nos dois graus de ensino.

C. O que fazer com estes programas ?

Face às carências do Município no campo da educação de adultos, parece evidente que os programas existentes devem ser mantidos e ampliados, embora possam ou devam ser reformulados em suas diretrizes político-pedagógicas e modos de operacionalização.

A existência deste programas coloca de imediato 3 problemas urgentes a enfrentar:

- Em que pé está o Convênio da SEBES com a Fundação Educar para 1988 ? Há recursos ? Há limitações para mudanças de natureza político-pedagógica no PEA ?

- Será o caso de transferir o PEA para a Secretaria de Educação ou ele deve ser mantido na SEBES ?

- Deve-se extinguir a "rede paralela" de Ensino Supletivo? Que novas diretrizes se pode oferecer para o Ensino Supletivo Municipal?

Tratemos cada um de uma vez:

1. De início, caberia entrar em contato imediato com a Coordenação Estadual da Fundação Educar para garantir recursos para o ~~PEA~~^{PEADA} em 1989. Ainda que não seja possível ampliar os recursos para este ano, deve-se trabalhar no transcórre dele para, junto aos técnicos, monitores, alunos e comunidades, formular um projeto alternativo para ser negociado com a Educar Central para 1990. O Município é um dos maiores contribuintes para a Fundação Educar e deve receber recursos mais amplos que os atuais. Ademais, dentro das atuais diretrizes da Educar, consta o apoio a projetos alternativos, e isso já vem ocorrendo em inúmeros locais.

2. A localização do PEA em esta ou aquela secretaria precisa ser debatida amplamente. Parece lógico que sua melhor localização seria na Secretaria de Educação, mas é necessário estudar as implicações orçamentárias e funcionais desta medida. O ideal seria compor uma comissão inter-Secretarias, com a necessária representação de monitores, professores, alunos e entidades envolvidas para estudar o problema.

3. É voz corrente que a "rede paralela" de Ensino Supletivo teria constituído um "cabide de empregos", criado demasiados cargos administrativos, representando um desperdício de recursos. Diante disto, apressam-se em propor sua mera e simples extinção. Temo que nesta precipitação sejam tomadas decisões equivocadas. O ensino supletivo não merece a presença de um diretor na escola, uma secretária para seus alunos, um coordenador pedagógico, um corpo próprio de professores preocupados com a educação de adultos? Como garantir um ensino de qualidade sem estes requisitos? Sabemos, por pesquisas realizadas, que a evasão e repetência é maior nas classes de supletivo instaladas nas EMPG'S do que nas EMES's. É evidente que uma melhor estrutura pedagógica, material e administrativa garante melhores resultados do ponto de vista qualitativo e do rendimento escolar. É preciso avaliar custos, consultar alunos e professores, pesquisar a realidade antes de decidir o que fazer com a rede de ensino supletivo, evitando decisões emocionais.

4. Por motivos não aclarados, a gestão Jânio Quadros ampliou a rede de ensino supletivo de 2o. Grau em índices superiores à de 1o. Grau. Parece claro que a prioridade do Município deve ser a educação básica, de 1o. Grau. Esta distorção precisa ser corrigida na próxima gestão. A demanda por ensino supletivo de 2o. Grau deve ser remetida para o Estado, que começou a atuar neste nível de ensino em 1987 e tem condições de ampliar este atendimento.

* este texto foi escrito por Maria Clara Di Pierro Siqueira, filiada ao Diretório do PT de Pinheiros, professora do Curso Supletivo do Colégio Santa Cruz e membro do Programa Educação e Escolarização Popular do CEDI.

dezembro 1988